

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES -- ASSINATURA

	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail --
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases,
Goa, Daman and Diu

Order

CML-Z-50/2/69

These are 23 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. Damodar Mangalji and Company Pvt. Ltd., Panaji, Goa.

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador de Arrendamentos
de Minas de Goa, Damão e Diu

Portaria

CML-Z-50/2/69

Estes são os 23 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s. Damodar Mangalji and Company Pvt. Ltd., Panaji, Goa.

Sr. No.	Case No.	Title No. and Date of Lease	Mineral/s	Village	Area in hectares
N.º de série	Caso n.º	N.º do título e data do arrendamento	Minério/s	Aldeia	Área em hectares
1.	Z-50	11 of 24-2-1950	Fer/Mang.	Costi	34.1559
2.	Z-58	19 of 21-4-1950 T. T. 29-4-1957	— Do —	Carapur	21.5953
3.	Z-161	11 of 4-2-1952	Iron	Bicholim	50.1250
4.	Z-221	71 of 18-8-1952	Fer/Mang.	Villena	30.0000
5.	Z-271	18 of 6-3-1953 T. T. 12-12-1956	Iron	Conquirem	89.8000
6.	Z-286	33 of 24-4-1953 T. T. 16-4-1955	Fer/Mang.	Surla	78.2740
7.	Z-295	42 of 25-5-1953 T. T. 26-8-1957	— Do —	Moicalim	69.4335
8.	Z-329	76 of 10-8-1953	— Do —	Sanvordem	21.7500
9.	Z-337	84 of 28-8-1953	— Do —	Colomba	82.0000
10.	Z-436	38 of 18-10-1954	— Do —	Candeapar	72.0000
11.	Z-448	1 of 14-1-1955	— Do —	Surla	29.1400
12.	Z-523	33 of 22-8-1956	Iron	Arvalem	97.7500
13.	Z-524	34 of 22-8-1956	Iron	Sigao	52.5060
14.	Z-536	46 of 12-12-1956	Iron	Dabal	64.3000
15.	Z-550	10 of 25-3-1967 T. T. 25-11-1960	Iron	Candola	95.0936
16.	Z-551	11 of 29-4-1957	Iron	Santona	64.6600
17.	Z-584	43 of 30-9-1957	Fer/Mang.	Codqui	94.9160
18.	Z-585	44 of 14-10-1957	Iron	Orgao	41.6125
19.	Z-586	45 of 14-10-1957	Fer/Mang.	Carmonem	94.0800
20.	Z-619	15 of 3-3-1958	Iron	Santona	92.0440
21.	Z-696	16 of 9-5-1959	Iron	Betqui	66.8020
22.	Z-779	15 of 29-4-1960	Iron	Cormonem	100.0000
23.	Z-790	26 of 22-8-1960	Iron	Codli	100.0000

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Lease (Modification of Terms) Rules, 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Lease and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines. The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metalliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it uses the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law Concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases, mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa, dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido aqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act», 1957 (referido aqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. E de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo direitos e obrigações reciprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the leases to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the existing mining leases would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per annum, from 15th January, 1966 in all the cases.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof: «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos, etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador de modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa deverá ser paga a razão de Rps. 25/- por ano, desde 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo: «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.

- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minor minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

Order

CML-63/69

These are 24 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s V. M. Salgaocar & Brothers Pvt. Ltd., Vasco da Gama.

- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 30 de Janeiro de 1969.

Portaria

CML-63/69

Estes são os 24 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s.V. M. Salgaocar & Brothers Pvt. Ltd., Vasco da Gama.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Area em hectares
1.	Z-63	24 of 12-5-1950 T. T. 1-8-1956	Iron	Dudal	90.5359
2.	Z-71	32 of 7-7-1950 T. T. 26-8-1956	Fer/Mang.	Rivora	34.2655
3.	Z-150	71 of 21-12-1951	— Do —	Vantem	79.4960
4.	Z-169	19 of 29-2-1952 T. T. 1-8-1956	— Do —	Aglote	100.0000
5.	Z-227	77 of 12-9-1952 T. T. 1-8-1956	Fer/Mang.	Doro of Sanvordem	59.7120
6.	Z-233	83 of 26-9-1952 T. T. 30-9-1960	— Do —	Surla	93.9500
7.	Z-257	4 of 6-2-1953 T. T. 20-8-1957	Fer/Mang.	Melauli & Conquitem	79.4330
8.	Z-280	27 of 13-4-1953 T. T. 1-8-1956	— Do —	Aglote	78.4000
9.	Z-303	50 of 8-6-1953 T. T. 26-8-1957	— Do —	Sigao	47.8800
10.	Z-368	115 of 30-10-1953 T. T. 1-7-1957	Iron	Malauli	90.7000
11.	Z-427	29 of 19-4-1954 T. T. 30-7-1960	Iron	Surla	73.2463
12.	Z-450	3 of 31-1-1955	Fer/Mang.	Sancordem	93.7250
13.	Z-459	12 of 30-4-1955 T. T. 11-7-1963	Iron	Velguem	34.6280
14.	Z-460	13 of 30-4-1955 T. T. 7-11-1958	Iron	Sigao	70.2300
15.	Z-465	18 of 2-7-1955	Fer/Mang.	Malpona	84.7040
16.	Z-488	41 of 5-11-1955 T. T. 13-2-1957	Iron	Tivim	76.5400
17.	Z-492	3 of 1-2-1956 T. T. 16-1-1957	Fer/Mang.	Malpona	100.0000
18.	Z-529	39 of 17-10-1956	Iron	Malpona	53.8900
19.	Z-530	40 of 17-10-1956	Iron	Aglote	93.8400
20.	Z-534	44 of 7-11-1956	Iron	Aglote	92.6000
21.	Z-640	36 of 11-8-1958	Iron	Morlem	98.1580
22.	Z-641	37 of 11-8-1958	Iron	Molem	97.9080
23.	Z-650	46 of 29-8-1958	Iron	Malauli	99.0590
24.	Z-652	47 of 29-8-1958	Fer/Mang.	Poliem e Podocem	95.1000

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus

and secondly the Mining Lease (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Lease and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Mining Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «mining concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provisions

clientes não eram arrendatários mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei, porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3.º (d) «explorações mineiras» significa quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada, enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é neces-

of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one Lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining leases can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «existing mining leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per annum from 15th January 1966, in all the cases.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.

sário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendatários executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa deverá ser paga à razão de Rps. 25/- por ano, desde 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.

- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) The area exceeding ten square miles shall be surrendered. The lessee shall submit a statement within 15 days mentioning the leases which he wants to surrender and in default suitable orders cancelling the leases shall be passed.
- 8) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 9) This order shall not apply to Coal and other minor minerals.
- 10) The lease is restricted to winning of Iron and Mangane ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Food and Civil Supplies Department

Public Works Department

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/25/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for construction of Tilamola-Assolda road.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector South Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.

- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Deverá-se fazer a entrega da área excedente a dez milhas quadradas. O arrendatário deverá prestar uma declaração, dentro de 15 dias, mencionando os arrendamentos de que deseja fazer a entrega, na falta da qual serão expedidas ordens cancelando os arrendamentos.
- 8) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 9) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 10) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Serviços das Obras Públicas

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/25/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada Tilamola-Assolda.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto da sub-divisão do sul, de Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa, Panaji.
2. Collector adjunto da sub-divisão do sul, de Margão.

3. The Director of Land Survey, Panaji.

4. The Executive Engineer, Works Division VI, P.W.D., Margao.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

3. Director de Agrimensura, de Panaji.

4. Engenheiro executivo da Secção de Obras VI, dos Serviços das Obras Públicas, de Margão.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, pelo período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Cadastró N.º	Terreno N.º	Name of the person believed to be interested Descrição do aludido terreno Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Quepem	Xeldem	1	—	Shri Xanu Bendo of Devol mol, Shirvoi of Quepem.	310.00
		2	—	Church of Tilamol.	57.00
		3	—	Shri Marian Costa, Sanguem.	126.00
		4	—	Smt. Plucita Pereira of Tilamol, Goa.	89.00
		5	—	Shri Salvador Cunha.	200.00
		6	—	Church of Tilamola.	251.00
		7	—	Do	665.00
		8	—	Shri Asil De Souza of Tilamol-Goa.	2320.90
		9	—	Shri Joao Deus de Quepem, Shirvoi.	478.00
		10	—	Shri Basilio Asil Costa, Quepem.	63.50
		11	—	Shri Shantadurga of Sheldem.	554.00
		12	—	Shri Prabhakar Bhasker Rivonker, Tilamol.	144.00
		13	—	Shri Manilal Goçalia of Sanvordem.	606.00
		14	—	Shri Mablu Goans Sheldem.	124.50
		15	—	Shri Mingulinho Pinto of Quepem.	569.00
		16	—	Shri Chowgule & Co. of Marmagao.	563.50
		17	—	Do	749.00
		18	—	Dr. Vaman Gajanan Sheldenkar, Chandor.	995.00
		19	—	Shri Bombo Ganvas, Sheldem.	601.00
		20 and 20A	—	Dr. Vaman Gajanan Sheldenkar, Chandor.	2618.00
		21 and 21 A	—	Shri Rama Ganvas of Sheldem.	967.50
		22	—	Comunidade of Sheldem.	16.00
		23	—	Shri Ragu Ganvas and another of Sheldem.	1239.75
		24	—	Shri Ragu Ganvas of Sheldem.	1141.30
		25	—	Shri Mablu Ganvas of Sheldem.	120.00
		26	—	Shri Mablu Ganvas of Sheldem.	192.00
		27	—	Shri Shantadurga of Sheldem.	84.00
		28	—	Shri Krishna Ram Ganvas Dessai.	84.00
		30	—	Shri Vithal Ganvas of Sheldem.	584.00
		31	—	Shri Vithal Ganvas of Sheldem.	176.00
		32	—	Shri Mablu Ganvas of Sheldem.	693.00
		33	—	Shri Bicar Ganvas of Sheldem.	195.50
		34	—	Shri Dottu Ganvas, Sheldem.	236.00
		35	—	Shri Mablu Ganvas of Sheldem.	305.00
		36	—	Shri Roque Pereira of Quepem.	130.00
		37	—	Shri Krishna Ram Ganvas, Sheldem.	240.25
		38	—	Shri Dottu Rauto of Assolda.	243.00
		39	—	Shri Vithal Ganvas of Assolda.	552.50
		40	—	Shri Shantadurga of Sheldem.	121.50
		41	—	Shri Yeshwant Cuncolienkar, Quepem.	385.25
		42	—	Shri Uttam Ganvas of Sheldem.	301.00
		43	—	Shri Ranjan Sadashiv Ganvas, Sheldem.	413.00
		44	—	Dr. Vaman Gajanan Sheldenkar, Chandor.	45.00
		45	—	Shri Narahari Boto of Sheldem.	1521.50
		46	—	Shri Rajanikant Dessai, Sheldem.	171.25
		47	—	Shri Vithal Ganvas of Sheldem.	976.00
		48	—	Shri Narahari Boto of Sheldem.	893.75
		49	—	Shri Mablu Ganvas of Sheldem.	3454.75
		50	—	Do	937.00
		51	—	Shri Vasant Porobo of Cotombi, Quepem.	549.50
		52	—	Shri Vasant Porobo of Cotombi, Quepem.	4784.75
		53	—	Smt. Malini Zambaulikar of Zambauli.	387.00
		54	—	Shri Benzinho Fernandes of Chandor.	105.00
		55	—	Dr. Vaman Gajanan Sheldenkar Chandor.	144.50
		56	—	Smt. Malini Zambaulikar, Zambauli.	1353.00
		57	—	Do	587.75
		56 A and 57 A	—	Dr. Vaman Gajanan Sheldenkar of Chandor.	525.37
		58	—	Shri Dottu Rauto of Asolda.	2447.00
		59	—	Do	3820.50
	Assolda	60	—	Shri Anant Rayu Assolkekar & others of Assolda.	577.50
		61	—	Shri Vicente Paul Fernandes, Chandor.	38.25
		62	—	Shri Shambha Rauto of Assolda.	3795.75
		63	—	Shri Deo Navadurga of Assolda.	212.00
		64	—	Do	1929.00
		65	—	Shri Anand Rayu Assoldekar and others of Assolda.	3187.00
		66	—	Shri Babi Pundolik Rauto of Assolda.	557.00
		67	—	Shri Vinayak Sheldenkar, Chandor.	914.00

1	2	3	4	5	6
		68	—	Shri Mahadev Shambo Rauto of Assolda.	103.50
		70	—	Shri Anant Rayu Assoldekar, Assolda.	1641.25
		72	—	Shri Mohan Rauto of Assolda.	557.00
		74	—	Shri Deo Shantadurga of Assolda.	400.75
Total					57274.07

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer P. W. D. and Ex-Officio Additional Secretary to the Government.

Panaji, 23rd April, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panaji, 23 de Abril de 1969.

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/26/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz. for construction of Bali-Adnem Road.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act the Deputy Collector, South Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
 2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
 3. The Director of Land Survey, Panaji.
 4. The Executive Engineer, Works Division VI, PWD, Margão.
6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the said Deputy Collector for a period of 30 days from the date of this Notification.

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/26/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada Bali-Adnem.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno, são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto da sub-divisão do sul, de Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
 2. O Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão.
 3. O Director de Agrimensura, Panaji.
 4. O Engenheiro executivo da Secção de Obras VI, dos Serviços das Obras Públicas, Margão.
6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, em Margão, pelo período de 30 dias, a contar da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. metres
				Name of the persons belived to be interested	
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno N.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
				Nomes das pessoas que se presumem ser interessadas	
1	2	3	4	5	6
Quepem	Bali-Adnem	—	1	Shri Joaozinho Fernandes, Assolna	230.00
		—	2	Shri Benjamin Fernandes, Bali	900.00
		—	3	Shri Joao Miranda, Cuncolim	724.00
		—	4	Shri Rosario Pinto, Cuncolim	450.00
		—	5	Shri Somu Sinai Audi, Cuncolim	5000.00

1	2	3	4	5	6
		—	6	Smt. Flurino Cutinho, Cuncolim	430.00
		—	7	Shri Vasant Fal Desai, Adnem	4900.00
		—	8	Shri Rama Babu Fal Desai, Adnem	4800.00
		—	9	Shri Soiru Shankar Fal Desai, Adnem	1500.00
		—	10	Shri Manuel Grucianode Almeida, Bhenclian Wado Cuncolim	320.00
		—	11	Shri Dyanand Keni, Adnem	3000.00
		—	12	Shri Yeshwant Keni, Cuncolim	300.00
		—	13	Shri Mukund Keni, Adnem	1100.00
		—	14	Shri Dharum Palenkar, Adnem	5800.00
		—	15	Shri Vasu Keni, Adnem	1350.00
		—	16	Shri Govind Ram Fal Desai, Adnem	600.00
		—	17	Shri 1) Somu Sinai Audi, Cuncolim	650.00
				Shri 2) Agostinho Dias, Cuncolim	
				Shri 3) Gururo Fal Desai, Cuncolim	
				Shri 4) Guno Yeso Fal Desai, Cuncolim	
		—	18	Shri 1) Somu Sinai Audi, Cuncolim	450.00
				Shri 2) Florino Dias, Cuncolim	
		—	19	Shri Francisco Fernandes, Cuncolim	1000.00
		—	20	Mrs. Lourdes Viegas, Assolna	200.00
		—	21	Shri Datta Malu Velip, Adnem	300.00
		—	22	Shri Nanu Keni, Assolna	450.00
		—	23	Smt. Flavia Saldhana, Adnem	800.00
		—	24	Shri Maruti Keni, Cuncolim	550.00
		—	25	Shri Shaba Soiru Fal Desai, Adnem	300.00
					36104.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 28th April, 1969.

Principal Engineer's Office

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

PWD/LA/1258/31/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for construction of Urban Health Centre at Mapusa.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (Seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is required for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act the Land Acquisition Officer, Panaji to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division I, Tonca-Caranzalem.

A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Land Acquisition Office, Panaji, for a period of 30 days from the date of this Notification.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional, ex-officio, do Governo.

Panaji, 28 de Abril de 1969.

Repartição do Engenheiro-Chefe

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

PWD/LA/1258/31/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção do Centro de Saúde Urbano, em Mapuçá.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer» Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. O «Land Acquisition Officer», Panaji.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. O Engenheiro executivo da Secção de Obras I, Tonca-Caranzalem.

O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer», em Panaji, pelo período de 30 dias, contados da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. metres
				Name of the person believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Cadastró n.º	Terreno n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
Bardez	Mapuça	—	—	Comunidade of Mapuça	10,000.00
Total					10,000.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 14th May, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panaji, 14 de Maio de 1969.

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

PWD/LA/1258/33/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz for construction of Reservoir at Tuem.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act the Land Acquisition Officer, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division III, PWD, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the said Land Acquisition Officer, Panaji for a period of 30 days from the date of this Notification.

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

PWD/LA/1258/33/69 — Atendendo a que Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção dum reservatório, em Tuém.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º sétimo do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer» de Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. O «Land Acquisition Officer», Panaji.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. O Engenheiro executivo da Secção de Obras III, dos Serviços das Obras Públicas, Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer» pelo período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in Sq. mts.
				Name of the person, believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Cadastró N.º	Terreno n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em Ha.
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
Pernem	Tuem			A plot of land known as «GONTGACHA SORVO» (Matriz No. 3213) believed to be held by Shri Sitaram Sinai Dessai of Pednem.	9.000
					9.000

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 14th May, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panaji, 14 de Maio de 1969.

Public Health Department

Order

V-2/69-GMC/2512

Subject: Appointment to Class I posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U. P. S. C. — Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission Dr. F. M. Rebello is temporarily appointed to the post of Lecturer in Obstetrics and Gynaecology in the Goa Medical College carrying the scale of pay Rs. 530-30-650 with effect from 21-3-1969. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:

The Union Public Service Commission have recommended that Dr. F. M. Rebello may be given the initial pay of Rs. 620/- p.m. (Rupees six hundred and twenty only) or according to rules whichever is higher in the scale of Rs. 530-30-650. His initial pay is accordingly fixed at Rs. 620/- (Rupees six hundred and twenty only) p.m. from 21-3-1969. The next increment will accrue in the scale on 10-3-1970.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure Office Memorandum No. F.2(36)-E.III(A)/60 (Pt. II of 1966) dated 7th February 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 21st April, 1969.

Order

V-2/69-GMC/1654

Subject: Appointment to Class I posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U. P. S. C. — Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission Dr. Sadanand V. Nadkarni is temporarily appointed to the post of Associate Professor of Surgery in the Goa Medical College carrying the scale of pay of Rs. 900-40-1100-50-2-1250 with effect from 21-2-1969. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:—

The Union Public Service Commission have recommended that Dr. S. V. Nadkarni may be given the initial pay of Rs. 980/- (Rupees nine hundred and eighty only) or according to the rules, whichever is higher in the scale of Rs. 900-40-1100-50/2-1250. His initial pay is accordingly fixed at Rs. 980/- per month from 21-2-1969. The next increment will accrue in the scale on 10-2-1970.

The above fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure Office Memorandum No. F.2(46)-E.II(A)/60 (Pt. II of 1966) dated 7th February 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 23rd April, 1969.

Departamento de Saúde Pública

Portaria

V-2/69-GMC/2512

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª classe no território da União de Goa, Damão e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União — Fixação do vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. F. M. Rebello, é nomeado, temporariamente, leccionador de obstetrícia e ginecologia da Faculdade de Medicina de Goa, na escala de vencimento de Rps. 530-30-650 a partir de 21 de Março de 1969. O seu vencimento inicial é fixado como a seguir se indica.

A Comissão de Serviço Público da União recomendou que fosse dado ao Dr. F. M. Rebello, o vencimento inicial de Rps. 620/- por mês (seiscentas e vinte rupias) ou segundo as normas, o que for superior, na escala de Rps. 620/- (seiscentas e vinte rupias) por mês, a partir de 21 de Março de 1969. O próximo aumento na escala será admissível em 10 de Março de 1970.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas pelo F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando n.º F.2(36)-E.III(A)/60 (Pt. II de 1966) do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, datado de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 21 de Abril de 1969.

Portaria

V-2/69-GMC/1654

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª classe no território da União de Goa, Damão e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União — Fixação do vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. Sadanand V. Nadkarni, é nomeado, temporariamente, professor agregado de cirurgia da Faculdade de Medicina de Goa, na escala de vencimento de Rps. 900-40-1100-50-2-1250, a partir de 21 de Fevereiro de 1969. O seu vencimento inicial é fixado como a seguir se indica:

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que, fosse dado ao Dr. S. V. Nadkarni, o vencimento inicial de Rps. 980/- (novecentas e oitenta rupias) ou conforme as normas, o que for superior, na escala de Rps. 900-40-1100-50/2-1250. O seu vencimento inicial é fixado em Rps. 980/- por mês, a partir de 21 de Fevereiro de 1969. O próximo aumento será admissível, na escala, em 10 de Fevereiro de 1970.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas pelo F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando n.º F.2(46)-E.II(A)/60 (Pt. II de 1966) do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 23 de Abril de 1969.